



GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO: UMA ANÁLISE PAUTADA NO MÉTODO SOCIOLÓGICO

Ana Claudia WITTHOLTER (UNIOESTE)¹

RESUMO: Por meio desse artigo pretendemos analisar um texto do gênero artigo de opinião, recorrendo aos preceitos bakhtinianos no que se refere à ordem metodológica para o estudo da língua. Essa análise parte da seguinte indagação: como se revelam o conteúdo temático, o estilo e construção composicional no texto tomado para o estudo? Para respondê-la, subsidiaremos-nos em Bakhtin (2003) e Bakhtin/Volochinov (2004) a fim de inicialmente compreendermos os conceitos dialogismo, enunciado e gêneros do discurso. O enunciado em foco é “O Bolsa Família e a desestatização do serviço público” publicado no Jornal Gazeta do Povo, em 20/10/2013, no qual refletiremos sobre seu conteúdo temático, sua construção composicional e seu estilo. Entendemos que o reconhecimento desses elementos no estudo de um texto pode favorecer o ensino de língua, pois ao incitar os alunos a reconhecerem um gênero jornalístico essencialmente argumentativo, suas condições de produção, os papéis sociais dos interlocutores, suas marcas discursivas, estaremos proporcionando um ensino reflexivo e dialógico, facilitando o ensino-aprendizagem e, sobretudo, a produção textual/oral significativa de gêneros discursivos.

PALAVRAS-CHAVE: Artigo de opinião. Método Sociológico. Ensino de língua

ABSTRACT: By this article it is intended to analyse an opinion article text using the Bakhtin's understanding about the methodological language study. This analysis is based on the question: how are revealed the thematic content, style and compositional construction in the text taken for the study? To answer that the study will be based on Bakhtin (2003) and Bakhtin / Voloshinov (2004) to understand initially the dialogue, wording and dialogue genres. The wording in focus is "O Bolsa Família e a desestatização do serviço público", published on Jornal Gazeta do Povo, in October 10th 2013, in which we think about the thematic content, its compositional construction and style. We understand that recognizing this elements in a text study can support the language teaching, because by abetting the students to recognize the journalist genre essentially argumentative, its production conditions, the social functions of the interlocutors, its discursive characteristics, it will propitiate a reflexive and dialectic teaching, helping the ways of learning and, above all, the oral and textual significant production of discourse genres.

KEYWORDS: Opinion article. Sociological Method. Language teaching.

INTRODUÇÃO

O homem não pode ser concebido sem linguagem; é por meio dela que ele atua com seu interlocutor, constituindo-se como sujeito e contribuindo para a constituição do outro

¹ Acadêmica do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras. Área de concentração: Linguagem e Sociedade. Nível: Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE Email: ana.wittholter@hotmail.com



por meio de um processo de interação. Ao defender a linguagem nessa perspectiva da interação, Bakhtin/Volochinov (2004) instauram uma visão interacionista que, uma vez relacionada com o ensino de língua, amplia suas possibilidades de promoção e de compreensão.

O princípio básico que sustenta a linguagem como forma de interação é o dialogismo, pois parte-se do princípio de que nossos discursos são produzidos em constante diálogo com outros discursos já ditos em outras situações e por outros interlocutores, bem como em relação ao discursivo do interlocutor que, de alguma forma, regula o que pode e deve ser dito em uma situação de interação. Compreender a linguagem como fundamentalmente dialógica, a partir de uma concepção interacionista de linguagem, significa promover situações de ensino em que a sala de aula se torne um lugar de interação.

Portanto, na prática escolar, com relação ao ensino da língua, a escola tem o papel de aproximar a escrita do aluno da realidade vivenciada em seu cotidiano, desenvolvendo diferentes atividades de produção escrita que não estejam exclusivamente relacionadas à esfera escolar. Em outras palavras, cabe à escola apresentar ao aluno diferentes gêneros discursivos que circulam na sociedade e disponibilizar meios para que esse aluno possa vivenciar esses gêneros no contexto da sala de aula e, dessa forma, estar apto para desempenhar as mais diferentes atividades escritas e orais em seu contexto social.

Na perspectiva de ampliar as possibilidades de trabalho com o gênero na sala de aula e de apresentar um possível encaminhamento de leitura com o gênero artigo de opinião, selecionamos um texto do gênero para analisá-lo quanto ao seu conteúdo temático, estilo e construção composicional. Assim, nosso objetivo é olhar para o texto “O Bolsa Família e a desestatização do serviço público”, produzido por Bernardo Santoro e publicado no Jornal Gazeta do Povo, recorrendo aos preceitos bakhtinianos no que se refere à ordem metodológica para o estudo da língua.

Para atender ao proposto, faremos, inicialmente, uma breve conceituação de enunciado, dialogismo e gêneros discursivos e, na sequência, analisaremos, por meio do método sociológico, estabelecido por Bakhtin e seu círculo, o texto selecionado, refletindo sobre suas implicações para o ensino de língua.

Dialogismo, enunciado e gêneros discursivos: subsídios para o ensino da língua

Todos os campos da atividade humana estão interligados pelo uso da língua que, segundo Bakhtin (2003), se constitui na forma de enunciados, sejam orais ou escritos. Dessa forma, em seus estudos sobre gêneros do discurso, o autor afirma que “qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2003, p.15). Os enunciados são constituídos em e por distintos atos de atividades humanas e, para cada situação de comunicação, recorre a um gênero discursivo para que haja a interação, princípio norteador da linguagem, que, de acordo o referido autor, é essencialmente dialógica. Destarte, o sentido do enunciado é construído na relação de interação entre os sujeitos inseridos em um processo dialógico com seus conhecimentos anteriores. É no caminho da interação verbal que a palavra se transforma e ganha sentidos distintos, de acordo com o contexto no qual ela está inserida: ”toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato que procede de alguém como pelo fato de que se dirige para alguém.” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p.113). Logo, compreendemos que nosso discurso é essencialmente construído em função do outro tendo em vista a necessidade de se fazer compreender e de promover, portanto, a interação.

Segundo Bakhtin (2003), a ação de compreensão do interlocutor deve ser considerada dialógica:

Ver e compreender o autor de uma obra significa ver e compreender outra consciência: a consciência do outro e seu universo, isto é, outro sujeito (um *tu*). [...] a *compreensão* implica duas consciências, dois sujeitos. [...] A compreensão sempre é [...] dialógica (BAKHTIN, 2003, p. 338).

Conforme o autor, sentido é construído na interação entre sujeitos socialmente constituídos e nessa relação dialógica, pois os enunciados estão sempre em busca de uma resposta do outro. Assim, os enunciados, correspondem a um projeto discursivo elaborado em função de uma necessidade e de um interlocutor (real ou virtual), influenciado pelo contexto sócio-histórico e ideológico. Logo, “ter um destinatário, dirigir-se a alguém, é uma particularidade constitutiva do enunciado, sem a qual não há, e não poderia haver enunciado” (BAKHTIN, 2003, p. 325). Para ele, todo enunciado faz parte de um diálogo entre sujeitos e entre discursos e, conseqüentemente, de um processo de comunicação contínuo.

Mas, como podemos definir dialogismos dentro de uma perspectiva bakhtiniana? Segundo Brait (1997), o “dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o

outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos que, por sua vez, instauram-se e são instaurados por esses discursos” (BRAIT, 1997, p.98). De acordo com tais palavras, o sujeito é constituído nessa relação que estabelece com o outro por meio de enunciados. Sendo assim, temos que conceber os enunciados como dialógicos, pois todo enunciado é constituído a partir de outro. Logo, o enunciado a unidade real da comunicação humana.

Sendo o enunciado reconhecido como unidade real de uso da língua, convém-nos ater ao fato de que, para se constituir, cada enunciado recorre a um gênero discursivo moldando-se conforme sua configuração. Por isso, entendemos que cada enunciado corresponde a um gênero, selecionado em função do que, como e para quem dizer, tendo em vista o contexto sócio-histórico e ideológico que interferem decisivamente no projeto de dizer.

Os gêneros são, para Bakhtin (2003), enunciados concretos que organizam nosso discurso e são constituídos em torno de três aspectos caracterizadores: conteúdo temático, estilo e construção composicional. O primeiro diz respeito ao projeto discursivo, isto é, à necessidade de dizer que, em função da situação comunicativa, seleciona um tema que atende àquela situação; o segundo concerne à seleção de recursos linguísticos (lexicais e gramaticais), quando se trata da produção de enunciados verbais, e/ou recursos gráficos (cores, imagens, traços etc.) quando se trata da produção de um enunciado não verbal ou multimodal; já o terceiro corresponde ao formato do gênero, a sua forma composicional que nos permite diferenciá-lo de outro gênero.

Esses três aspectos estão "indissolúvelmente ligados no todo do enunciado" (BAKHTIN, 2003, p. 262) que, por sua vez, correspondem não só ao gênero, mas também a um determinado campo de utilização da língua. Logo, cada um desses campos “elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003, p.262), os quais o referido autor denominou “gêneros do discurso”.

Sendo assim, é por meio dos gêneros que a sociedade valida sua prática discursiva e atua nos diversos domínios da atividade humana. O conhecimento do gênero, portanto, é muito importante para a comunicação cotidiana, nas mais diversas esferas de interação, mais precisamente para um ensino significativo da língua. Nas palavras do autor,

Quanto melhor dominamos os gêneros mais livremente o empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade, refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma,



realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso (BAKHTIN, 2003, p. 285).

Dominar gêneros, portanto, é assegurar autonomia no discurso; é garantir domínio pleno sobre a linguagem. Por isso, entendemos que é impossível comunicar-se verbalmente sem valer-se de um gênero - posição defendida por Bakhtin (2003) e adotada por muitos autores que abordam a língua em aspectos discursivos e enunciativos. Esta visão segue uma noção de língua como atividade social, histórica e cognitiva.

Os gêneros discursivos retratam de forma ideal a evolução da linguagem, pois são produzidos a partir das diferentes esferas para circular nesta ou em outras esferas de atividade humano. E como congregam elementos de sua esfera de produção, os gêneros mudam, transformam-se, evoluem, caem em desuso, desaparecem, surgindo em seu lugar outro gênero que atenda aquela necessidade imediata e contextual. Por isso, segundo Bakhtin, “os gêneros do discurso, comparados à forma da língua, são bem mais mutáveis, flexíveis e plásticos” (BAKHTIN, 2003, p. 285). Assim, com o avanço da tecnologia evidenciamos o surgimento de novos gêneros, a adaptação de alguns e a evolução de muitos outros. Porém,

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e complexifica um determinado campo (BAKHTIN, 2003, p.262).

Essa diversidade de gêneros nos permite ampliar as possibilidades de uso da linguagem seja em que contexto for. Por isso, quanto mais dominarmos os diferentes usos da linguagem, mais ampliaremos nosso domínio discursivo. Nas palavras do autor, “[...] é preciso dominar bem os gêneros para emprega-los livremente” (BAKHTIN, 2003, p. 285).

A partir das considerações aqui instituídas, quais os benefícios de priorizar o gênero discursivo como instrumento para ensino de língua? Muitos, pois *aceitar* a língua como interacional é proporcionar ao aluno um ensino reflexivo em circunstâncias reais do uso da língua, fazendo com que reconheçam, produzam e utilizem de forma significativa, diferentes gêneros discursivos. Recorremos ao termo *aceitar*, visto que é perceptível a resistência de alguns professores em tratar a língua como dialógica, mesmo tendo em vista que todos os textos se manifestam por meio de gêneros. De acordo com os Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa (PCN) (BRASIL, 1998), o texto (compreendido como enunciado) deve ser tratado



como unidade de ensino, ou seja, o texto, em todas as suas perspectivas, torna-se unidade de estudo na disciplina de língua portuguesa. Essa posição é defendida pelas Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa para Educação Básica do Paraná (DCE) a afirmarem que

O gênero, antes de constituir um conceito, é uma prática social e deve orientar a ação pedagógica com a língua, privilegiando o contato real do estudante com a multiplicidade de textos produzidos e que circulam socialmente. Esse contato com os gêneros, portanto, tem como ponto de partida a experiência e não o conceito. Nessa concepção, o texto é visto como lugar onde os participantes da interação dialógica se constroem e são construídos. Todo texto é, assim, articulação de discursos, vozes que se materializam, ato humano, é linguagem em uso efetivo (PARANÁ, 2008, p. 21).

Dessa forma, dada a importância de se fundar um ato dialógico e interacional desde o princípio do processo de ensino-aprendizagem, pretendemos, na sequência, fazer uma análise de um texto do gênero artigo de opinião, que é produzido na esfera jornalística e, portanto, traz em si elementos dessa esfera. O texto selecionado será analisado a partir do método sociológico apresentado por Bakhtin/Volochinov (2004) que apresentam uma ordem metodológica para estudo da língua, pontuada por três aspectos:

- a) As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza;
- b) As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos [...].
- c) A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2004, p. 124).

Depreendemos das palavras dos autores que:

a) na seleção de um texto para estudo, o primeiro aspecto a ser considerado, ou, seu ponto de partida deve ser a dimensão social do gênero, isto é, reconhecer a esfera social que, em consonância com o projeto discursivo do autor, define o conteúdo temático abordado naquele projeto discursivo. Só é possível compreender o conteúdo temático de um texto-enunciado se for considerado seu contexto de produção, o que equivale a refletir sobre: o autor, o momento sócio-histórico e ideológico que envolve aquela situação de produção, sua finalidade discursiva, seu(s) interlocutores, o veículo/suporte de circulação e o gênero selecionado;

b) no reconhecimento do gênero, é importante compreender sua construção composicional, ou seja, sua forma organizacional que o define como tal. Nas palavras de Bakhtin, “os gêneros do discurso, comparados às formas da língua, são bem mais mutáveis, flexíveis e



plásticos; entretanto, para o indivíduo falante eles têm significado normativos, não são criados por ele, mas dados a ele” (BAKHTIN, 2003, p. 285). Isso equivale a dizer que os gêneros têm uma forma “relativamente estável” (BAKHTIN, 2003, p.262) que precisa ser considerada no estudo de um enunciado-texto, já que essas formas são nos dada socialmente;

c) por fim, é preciso dedicar-se “formas da língua na sua interpretação linguística habitual” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2004, p. 124). Entendemos, dessa orientação, que a cada gênero em específico corresponde um estilo em específico. Esse estilo tanto pode estar relacionado ao gênero quanto ao autor e é revelado principalmente pelas escolhas verbais (e não verbais) que determinam o gênero. “O estilo está indissolivelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2003, p. 265). Por isso, o estudo a língua a partir dos gêneros corresponde olhar para o estilo do gênero selecionado e do autor que produziu aquele texto-enunciado. Trata-se de refletir sobre as marcas linguísticas que o constituem (no caso de um texto verbal oral ou escrito) ou então sobre outras notações gráficas – cores, figuras, traços etc. (em se tratando de um texto não verbal).

Ao estudo do “conteúdo temático, estilo e construção composicional” (BAKHTIN, 2003, p. 262) pode-se fazer corresponder os eixos que se articulam ao estudo dos gêneros: leitura, oralidade, produção (oral e escrita) e análise linguística. Efetivar um estudo envolvendo esses eixos a partir de um texto, significa ampliar as possibilidade de reflexão e compreensão da LP, haja vista a variedade de contextos em que a língua se realiza.

Gênero artigo de opinião: uma análise a partir do método sociológico

Como já colocado anteriormente, são três os elementos para análise dos gêneros discursivos, conforme Bakhtin (2003) e Bakhtin/Volochinov (2004), ao propor um método para estudo da língua: *conteúdo temático*, *construção composicional* e *estilo*. Com o propósito de estabelecer uma análise a partir dessa teoria, abordaremos um texto do gênero artigo de opinião, destacando seu conteúdo temático, estrutura composicional e estilo, relacionando-os com o ensino relevante da língua.

O texto selecionado foi veiculado na internet, no site do jornal Gazeta do Povo², no dia 20/10/2013, na seção Opinião, intitulado “O Bolsa Família e a desestatização do serviço

² <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/>

O Bolsa Família e a desestatização do serviço público

Publicado em 20/10/2013 | BERNARDO SANTORO

O Bolsa Família ainda é o programa carro-chefe do governo federal. Recente estudo do Ipea defende que o programa reduziu em 28% a miséria no Brasil ao longo dos dez anos de seu funcionamento. O que o governo evita falar, no entanto, é que esse programa possui uma natureza liberal, podendo sua lógica ser aplicada na privatização de diversos serviços públicos.

O Bolsa Família, ao contrário do que diz a propaganda governamental, não é um sistema de redistribuição de renda, mas um restituidor de tributos. Os mais pobres, no Brasil, pagam proporcionalmente muito mais impostos que os mais ricos, só que em impostos embutidos nos preços de produtos e serviços. O Ipea estima que um pobre perde mais de 50% do seu salário para o governo. Dado que a média do valor do benefício é de R\$ 70, basta que um beneficiário receba R\$ 140 de salário para que a relação entre ele e o governo federal já seja de prejuízo. No caso, o governo está apenas devolvendo o que lhe tomou, e não redistribuindo renda. A parcela de beneficiários que não tem outra renda e que não se encaixa nesse perfil é ínfima.

Revelada sua origem, pensa-se agora sobre seus efeitos. O programa original, o Fome Zero, previa o foco na distribuição de alimentos pelo Estado: restaurantes populares, parcerias com armazéns e cooperativas de consumo. Tal estatização falhou em virtude de desincentivos perversos do setor público como a burocracia, os sindicatos, a estabilidade do servidor público, a falta de meritocracia e de concorrência, entre outros. O governo, então, superou alguns de seus entraves ideológicos e passou a focar na distribuição privada de alimentos para pobres, através da ideia de "vales" (vouchers) do economista liberal Milton Friedman, aproveitando a eficiência do mercado para resolver problemas sociais. Foi quando o programa decolou de verdade e se tornou um relativo sucesso.

Esse raciocínio, que funcionou para a distribuição de alimentos, funciona também para outros serviços deteriorados pela natureza ruim do serviço público, como educação e saúde. Sendo dever público promover tais serviços, a maneira mais barata e eficiente para tal se dá através de "bolsas-escola" e "bolsas-saúde", com os mais necessitados recebendo o dinheiro através desses programas e escolhendo, no mercado, as melhores e mais eficientes escolas e operadoras de planos de saúde, utilizando-se assim os bons incentivos da competição e da concorrência para uma melhor promoção de direitos sociais. Através desse sistema, o Chile, mesmo com suas limitações, se tornou o país latino-americano melhor ranqueado nos índices internacionais de escolaridade e educação.

Cabe ainda destacar o sucesso do ProUni, que funciona como uma espécie de "bolsa-escola" para o nível superior. Para este ano, mais de 90 mil bolsas foram concedidas, em outra manifestação do governo admitindo ser mais barato e eficiente conceder vales que prestar diretamente o serviço. A ideia que deu certo para o ensino superior serve também para os ensinos médio e fundamental.

Um dos grandes problemas desse país é que apenas a parte mais abastada da nossa sociedade recebe os benefícios do capitalismo, enquanto os pobres são reféns de sistemas socialistas de produção e distribuição de bens e serviços. Os mais humildes só entenderão o que é dignidade quando deixarem de ser fardos e passarem a ser clientes. A solução já está dada.

Bernardo Santoro, advogado, é diretor do Instituto Liberal.

público". O artigo é assinado pelo advogado Bernardo Santoro, diretor do instituto Liberal, uma organização sem fins lucrativos e políticos, que objetiva revelar as vantagens de uma sociedade organizada, na qual o cidadão é o centro, não o governo, que, segundo o instituto, tira a liberdade do cidadão por ser o detentor do poder. A partir dessas poucas informações sobre o autor, podemos observar sua posição social, fator que proporcionará uma interpretação mais ampla do conteúdo temático, e não só um entendimento linear, objetivo.

Para maior compreensão da análise, segue o texto na íntegra:

Ao olharmos para o *conteúdo temático* desse artigo de opinião, vemos que o autor tece um diálogo com discursos veiculados sobre programas de distribuição de renda e benefícios do governo brasileiro que, na opinião do autor, não passam de estratégias socialistas de distribuição de bens e serviços e que, efetivamente, não acarretam nenhum tipo de solução para o fim da desigualdade social no país.

Esse posicionamento só pode ser compreendido se recorrermos ao contexto de produção do texto, mais precisamente ao autor e ao papel social que ele ocupava na sociedade, por ocasião de publicação do artigo (20/10/2013): diretor do Instituto Liberal. Conforme informações divulgadas no site³, “o Instituto Liberal é uma instituição sem fins lucrativos, voltada para a pesquisa, produção e divulgação de ideias, teorias e conceitos que revelam as vantagens de uma sociedade organizada com base em uma ordem liberal”. Logo, o autor do texto fala desse lugar social e seu discurso, ao dialogar com os preceitos filosóficos da ONG na qual atua, pretende resguardar a ideologia pregada pelo Instituto, qual seja, de que todo ser humano tem direito à liberdade individual, sem a coerção de indivíduos sobre indivíduos, pois entendem que apenas em regime de liberdade o ser humano pode desenvolver plenamente suas potencialidades individuais. Sendo assim, ao depender de programas governamentais como “bolsa família”, “bolsa escola”, “bolsa saúde” ou outras, o ser humano torna-se dependente do Estado e deixa de buscar a sua liberdade individual.

A partir desse ponto de vista, o autor crítica tais programas de governo que, para ele, são apenas armadilhas políticas para disfarçar ações que são de obrigatoriedade do Estado, mas que não está dando conta de exercer. Por meio das bolsas, como diz o autor, “o governo está apenas devolvendo o que lhe tomou [por meio de impostos] e não redistribuindo renda”.

Dessa forma, podemos expor que o *conteúdo temático* diz respeito às escolhas discursivas do autor em relação ao assunto abordado, ou seja, são “as formas e os tipos de interação verbal em relação com as condições concretas que se realiza” (BAKHTIN, 2004, p. 124). Essas escolhas são feitas a partir de outros discursos já lidos, ouvidos, defendidos e aceitos pelo autor. Nisso reside o caráter dialógico da linguagem.

Para analisarmos o conteúdo temático de um texto não podemos deixar de lado seu contexto de produção, olhando especialmente para quem é o autor, quem é o interlocutor e,

³ <http://www.institutoliberal.org.br/missao-e-valores/>



principalmente, qual o papel social que ambos desenvolvem. Assim, o contexto de produção do texto é fundamental para o entendimento de seu conteúdo.

No caso desse texto, os interlocutores são leitores do jornal Gazeta do Povo, considerado o maior jornal do Paraná que faz parte do GRPCom – Grupo Paranaense de Comunicação e que é líder em circulação no Paraná. Segundo dados divulgados no site⁴, 51% dos leitores pertencem ao sexo masculino e 49% ao sexo feminino. Desses, 52% estão na faixa etária de 18 a 39 anos e, economicamente, 60% do total de leitores pertence à classe B. Logo, é para esse público que Bernardo Santoro escreve regularmente para o jornal Gazeta do Povo, coluna Opinião.

Sabemos que esse texto configura-se no gênero artigo de opinião porque alguns de seus elementos o evidenciam como tal. Logo, sua *construção composicional*, entendida como a estrutura ou o aspecto formal do gênero permite-nos reconhecer que esse texto pertence à esfera jornalística e ao gênero artigo de opinião. Bakhtin (2004) coloca que a construção composicional diz respeito “as formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos” (BAKHTIN, 2004, p. 124). Assim, em relação à *construção composicional* do artigo de opinião, o que mais nos auxilia na identificação do gênero é o fato de organizar-se em textos predominantemente argumentativos, no qual o autor deixa evidenciar sua opinião, seu posicionamento em relação a um assunto polêmico.

Por conseguinte, para defender seu ponto de vista, o locutor se utiliza de argumentos para tornar sua tese aceitável. Podemos observar isso ao longo do texto, quando o autor apoia-se em dados percentuais obtidos por meio do *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (Ipea) que marcam os sucessos dos programas governamentais, contrapondo-os com outros dados para tentar comprovar os insucessos desses programas. Apoiar-se em dados faz com que o autor valide sua tese, uma vez que recorre a argumentos de autoridade. A contra-argumentação é um recurso valiosíssimo para a produção de artigos de opinião e o autor faz isso com maestria. Vejamos um exemplo:

“Recente estudo do Ipea defende que **o programa reduziu em 28% a miséria no Brasil** ao longo dos dez anos de seu funcionamento”.

⁴ <http://www2.gazetadopovo.com.br/anuncie/veiculo/gazeta-do-povo/perfil-leitor/>

“O Ipea estima que um pobre perde mais de 50% do seu salário para o governo. Dado que a média do valor do benefício é de R\$ 70, basta que um beneficiário receba R\$ 140 de salário para que a relação entre ele e o governo federal já seja de prejuízo. No caso, o governo está apenas devolvendo o que lhe tomou, e não redistribuindo renda”.

A função social do artigo de opinião é de convencer ou persuadir seu leitor por meio de um conjunto de recursos oferecidos pela língua. Nesse caso, o valor argumentativo das palavras é responsável pela direção argumentativa do enunciado, por isso, os argumentos dispostos no enunciado devem interagir entre si para manter a organização de um texto. Esses recursos podem se constituir na superfície discursiva através de diferentes mecanismos linguísticos que apresentam pistas para a construção do sentido pelo interlocutor.

No caso do texto em foco, podemos ver que nos dois primeiros parágrafos o autor apresenta o Programa Bolsa Família, trazendo dados estatísticos e revelam seu sucesso e, logo na sequência, outros dados estatísticos para mostrar que, como já dissemos, denunciam suas reais fontes de renda. Depois dessa breve apresentação, o autor passa a provocar reflexões sobre os efeitos do Programa, destacando os reais interesses governamentais para mantê-lo e criar outros com esse mesmo propósito, no sentido de baratear os investimentos sociais do governo. E conclui seu texto criticando o sistema capitalista e sua forma de distribuição de renda que torna os pobres “reféns de programas socialistas de produção e distribuição de bens e serviços”.

Ao verificarmos os recursos linguísticos empregados pelo autor para tecer seus argumentos, além de olhar para a construção composicional do texto, estamos tratando também de seu *estilo*, pois o *estilo* de um gênero discursivo estabelece o modo no qual o conteúdo é apresentado, por meio de “recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua” (BAKHTIN, 2003, p. 261), ou seja, fazem parte do estilo as formas da língua selecionadas pelo locutor para interagir de forma significativa com seu interlocutor.

Ducrot (1987), semantista francês, defende que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo, pois a todo o momento usamos estratégias para interagir com outrem ou influenciá-lo de alguma maneira e, para isso, todo enunciado mobiliza um certo interesse para quem ele é dirigido. E, como já colocado na questão do *estilo* do artigo de opinião, possuímos em

nossa língua recursos que propiciam o encadeamento de enunciados que direcionam o interlocutor a certa conclusão. Maingueneau (1993) expressa que os encadeamentos entre os enunciados são feitos, sobretudo, por duas grandes classes de palavras:

[...] os conectivos e os operadores. Os primeiros servem para ligar dois ou vários enunciados, destinando a cada um papel particular em uma estratégia argumentativa única, enquanto os segundos aplicam-se a um enunciado único, ao qual conferem um potencial argumentativo específico (MAINGUENEAU, 1993, p. 162).

Essas classes de palavras tornam-se importantes tanto para a leitura como para produção de textos. No caso desta última, sustentam a progressão do texto. E no caso da primeira, são percebidos como marcas linguísticas que apresentam pistas para a construção do sentido pelo interlocutor. Podemos observar o uso desses recursos em dois trechos selecionados:

“Recente estudo do Ipea defende que o programa reduziu em 28% a miséria no Brasil ao longo dos dez anos de seu funcionamento. O que o governo evita falar, **no entanto**, é que esse programa possui uma natureza liberal, podendo sua lógica ser aplicada na privatização de diversos serviços públicos”.

“O Bolsa Família [...] não é um sistema de redistribuição de renda, **mas** um restituidor de tributos”.

Ao analisarmos os trechos, podemos observar que os operadores argumentativos “no entanto” e “mas”, estabelecem uma oposição de ideias, revelando um argumento mais forte do dado anteriormente, ou seja, por mais que o programa governamental tenha reduzido a pobreza no Brasil, ele pode servir de escopo para a privatização de serviços públicos básicos, como também não se torna um distribuidor de renda e sim um reembolso de impostos⁵.

⁵. O “mas” e o “no entanto” foram escolhidos apenas para uma breve explanação sobre o uso dos operadores argumentativos em artigos de opinião, portanto, não se esgotam, com essa análise, as possibilidades de uma investigação mais aprofundada dos operadores presentes no texto do gênero em questão.

Não podemos deixar de ressaltar que o artigo de opinião em estudo é escrito, quase que totalmente, na terceira pessoa do singular, valendo-se constantemente de fatores externos que comprovem a tese defendida, fator que, talvez, proporcionaria certa imparcialidade ao autor, fazendo com que a responsabilidade do que foi dito não fosse transferida somente para ele. No entanto, podemos constatar que, ao conhecermos o autor, seu papel social e o contexto no qual o artigo foi produzido, é fácil justificar sua parcialidade, fator continuamente visível em textos de teor argumentativo. Podemos observar a nitidez de sua opinião sobre o tema, quando o autor conclui o artigo e vale-se do termo “nossa”, incluindo-se, portanto, na parcela da população prejudicada por esses programas governamentais e assume, por meio de seus argumentos, que tem a solução para esse problema:

“Um dos grandes problemas desse país é que apenas a parte mais abastada **da nossa sociedade** recebe os benefícios do capitalismo, enquanto os pobres são reféns de sistemas socialistas de produção e distribuição de bens e serviços. **Os mais humildes só entenderão o que é dignidade quando deixarem de ser fardos e passarem a ser clientes. A solução já está dada**”.

Ao colocar-se no texto “nossa sociedade”, o autor denuncia, mais uma vez, o lugar de onde está falando: ele faz parte da sociedade mais abastada. Tanto que, ao referir-se aos pobres, volta a empregar a terceira pessoa do plural “os pobres” (eles), distanciando-se assim dessa realidade, todavia, mostrando compreendê-la o bastante para tecer a sua opinião sobre a situação das pessoas que dependem dos Programas governamentais.

Temos clareza que haveria muito mais a ser analisado nesse *corpus*, no entanto, nosso objetivo era identificar, no artigo de opinião, em estudo, os três elementos que constituem textos pertencentes aos gêneros discursivos, quais sejam, o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo.

Essa análise foi feita na perspectiva de apontar, para os professores de língua, uma possibilidade de se direcionar a leitura de um texto na sala de aula. Se, nesse processo de ensino, for criada situações que provoquem um olhar mais atento do aluno, para o gênero a que pertence aquele texto, seu contexto de produção e, a partir daí, refletir sobre o conteúdo temático, a



construção composicional e o estilo, certamente estaremos promovendo maiores reflexões sobre os diferentes usos da língua em suas diversas situações de interação.

Trabalhar com os gêneros na sala de aula significar reconhecer os textos como o lugar onde a língua se mostra em toda a sua plenitude e veracidade. Só assim podemos garantir um ensino de língua voltado para suas reais condições de produção e de circulação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo de opinião é um gênero discursivo que, por envolver a argumentação a partir de questões polêmicas, pode gerar um grande interesse por parte dos estudantes e tornar-se um instrumento eficiente nas aulas de língua.

Ao estimularmos os alunos a reconhecer um gênero jornalístico essencialmente argumentativo, suas condições de produção, os papéis sociais do autor e do interlocutor, incitamos a reflexão e, principalmente, o diálogo, contribuindo, assim, para a ampliação do conhecimento de mundo do aluno. Ao proporcionarmos um ensino reflexivo e dialógico da língua, facilitamos o ensino-aprendizagem e, sobretudo, a produção textual/oral significativa de gêneros discursivos.

Vale ressaltar, que a análise do gênero discursivo artigo de opinião não se esgota aqui, mas sim abre caminhos para outras que ressalvem e colaborem com a importância do professor em ter consciência de que a linguagem é dialógica e que ele deverá privilegiar atividades voltadas a condições reais do uso da língua.

REFERÊNCIAS



BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____; VOLOCHINOV. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In.: _____ (Org.). **Bakhtin, Dialogismo e Construção de Sentido**. Campinas-SP: Unicamp, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília/DF: MEC, 1998.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1993.

PARANÁ. Secretária de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná**: Língua Portuguesa. Curitiba: SEED, 2008.

SANTORO, Bernardo. O Bolsa Família e a desestatização do serviço público **Jornal Gazeta do Povo**, 20/10/2013. Disponível em:
<http://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/conteudo.phtml?tl=1&id=1418280&tit=O-Bolsa-Familia-e-a-desestatizacao-do-servico-publico>. Acesso em: 31/10/2013.